DETEN QUÍMICA S.A.

DETEN QUÍMICA S.A.

CNPJ Nº 13.546.106/0001-37

RELATÓRIO DA DIRETORIA

CENÁRIO ECONÔMICO - O cenário internacional, em 2016, teve um menor ritmo de crescimento global, considerando que as principais economias avançadas e os grandes emergentes ou mantiveram ou reduziram a expansão econômica, comparativamente ao ano anterior e às expectativas. A desaceleração do PIB da China tem preocupado mercados em todo o mundo, especialmente em países que exportam para o gigante asiático, fatores importantes da instabilidade no ambiente macroeconômico. Nesse contexto, a economia dos Estados Unidos cresceu 1,6% (2015: 2,4%), a da China cresceu 6,7% (2015: 6,9%), a Zona do Euro cresceu 1,7% (2015: 1,5%) e a Índia cresceu 6,9% (2015: 7,6%). A economia brasileira recuou pelo segundo ano seguido em 2016, o PIB caiu (-3,6%) em relação ao ano anterior, quando a economia já havia recuado (-3,8%), a queda foi generalizada, influenciada por três setores, Agropecuária (-6,6%), Indústria (-3,8%), de Serviços (-2,7%) e da formação bruta de capital fixo - investimentos na produção teve uma retração (10,2%). Os consumos das famílias, que por muitos anos sustentou o crescimento do PIB, continuaram em queda em relação ao ano anterior (4,2%). O dólar acumulou, em 2016, queda frente ao real, saindo dos níveis próximos de R$ 4,00 para R$ 3,25, o nível de inflação medido pelo IPCA, que fechou o ano em 6,29%, e a redução da taxa de juros Selic, que fechou em 13,65%, dentre outros fatores, tiveram impactos relevantes na economia em 2016. O barril de petróleo teve elevação do preço ao longo do ano e fechou cotado a US$ 56,82/barril (2015: US$37,72/barril), apesar da expectativa de queda por conta da especulação de estoques. Essa combinação de fatores interferiu diretamente nos preços e nas margens de nossos produtos. **PRODUÇÃO -** A produção de LAB atingiu 195 mil toneladas, superior ao ano anterior em 0,52%, enquanto a de LABSA atingiu 70 mil toneladas, inferior ao ano anterior em 2,78%. Tais volumes permitiram o pleno atendimento do mercado e a manutenção dos níveis adequados dos estoques. Em 2016, teve continuidade o projeto de ampliação da unidade de produção de LAB, com o objetivo de acompanhar o crescimento de consumo do produto nos próximos anos. Em 2016, também se obteve bons resultados em termos de economia de energia e de matérias-primas, como resultado da busca contínua pela melhoria do desempenho operacional, visando a otimização do consumo de matérias-primas e de recursos naturais (energia elétrica, gás natural e água). **VENDAS -** Em 2016, a Companhia obteve um acréscimo de 0,68%, em relação ao ano anterior, nas vendas de LAB equivalente no mercado interno. Crescimento tímido, que foi impactado pela crise econômica ocorrida no país. As exportações aumentaram 57,76%, em função de maiores vendas "*spots*". **DESEMPENHO -** O faturamento bruto de R$ 1.355,1 milhões foi maior em 2,32% (2015: R$ 1.324,4 milhões), em função do maior volume de vendas de LAB equivalente. O lucro líquido atingiu R$ 107,6 milhões, superior ao obtido em 2015 (R$ 101,8 milhões) em 5,7%. **GESTÃO CORPORATIVA -** Diversas ações e programas associados à responsabilidade social e à proteção do meio ambiente, bem como de valorização da força de trabalho e de criação de conceitos de sustentabilidade junto à sociedade estarão descritos no Balanço Social, publicado em sequência. A DETEN reitera seus agradecimentos a todas as partes envolvidas em suas atividades: Clientes, Acionistas, Empregados, Fornecedores, Órgãos Governamentais Federais, Estaduais e Municipais, COFIC, ONGs e Comunidades, em especial às vizinhas Camaçari e Dias d'Ávila, pela importante contribuição para as realizações alcançadas em 2016.

BALANÇO SOCIAL 2016

INVESTIMENTO SOCIAL INTERNO - Nos programas de incentivo à saúde e bem-estar de sua força de trabalho, a empresa mantém programas como: alimentação balanceada para empregados, estagiários e terceiros, transporte em ônibus climatizados, assistência médica e odontológica extensiva aos dependentes, atendimento odontológico dentro da Empresa, auxílio academia, programa de ginástica e ergonomia, vacinação contra gripe, apoio ao Grupo de Corridas e apoio ao Grêmio Esportivo Deten, com a promoção de confraternizações tradicionais, além de clube social e convênios. Para o desenvolvimento do empregado, a DETEN mantém um programa de educação e treinamento (com investimento de R$ 103.883 mil em 2016), oferece estágio remunerado para técnicos e universitários (4,39% do quadro de pessoal), além do programa de Oficina de Ideias/Inovações, que em 2016 premiou 10 empregados. Ainda em 2016, a DETEN manteve sua prática de pagar bonificação aos seus empregados, na forma de Participação nos Lucros e Resultados - PLR. **INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE, HIGIENE, SAÚDE E SEGURANÇA -** A DETEN continua mantendo foco em prevenção de acidentes e incidentes, o que se reflete em seus resultados, mantendo-se em níveis baixos em relação às empresas do segmento químico/petroquímico. Entre os objetivos e metas ambientais da DETEN, obteve-se 100% do que foi proposto pela empresa. Pode-se destacar a redução e melhoria da qualidade do efluente líquido, execução dos programas de emissões fugitivas, com quase 5 mil medições na fonte e realização do cronograma dos programas socioambientais. **RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES -** No ano de 2016, a DETEN participou do Fórum de Suprimentos do Complexo Industrial de Camaçari, com o objetivo de melhorar ainda mais a Competitividade, Capacidade de Fornecimento e Qualidade dos produtos e serviços dos fornecedores. A DETEN entende que este tipo de ação fortalece as alianças com seus fornecedores, sejam de bens ou de serviços, através das melhorias contínuas, para ambos. A nota média obtida pelos seus fornecedores e prestadores de serviço na avaliação realizada pela DETEN foi 8,8. **INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS EXTERNOS -** Tendo a Segurança como principal valor, a DETEN mantém continuamente seu foco em prevenção de acidentes e incidentes, o que se reflete em seus indicadores, com taxas de frequência abaixo da média das empresas do segmento químico/petroquímico. Assim, segue praticando os seguintes programas: Liderança Visível & Tolerância Zero frente aos Atos Inseguros, Segurança Fora do Trabalho, Programa Efluente Zero (PEZ), ações para o Dia Mundial da Água e Oficina de Saúde e Meio Ambiente (14º ano). Em 2016, a DETEN apresentou um ótimo desempenho em relação aos objetivos e metas ambientais propostos para o ano, com destaque para os excelentes resultados na redução da quantidade total de efluentes, redução contínua das emissões fugitivas, ações de remediação do solo, além da promoção de sustentabilidade e governança corporativa através dos programas socioambientais. Além desses, a DETEN participa de projetos em parceria com o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC), quais sejam: Ver de Dentro (visitas de estudantes e da comunidade vizinha), Programa de Incentivo à Educação (PIE), Programa Construindo o Futuro (informações sobre carreiras técnicas para estudantes das comunidades vizinhas) e Conselho Consultivo (reuniões periódicas com representantes das comunidades). **DUTOVIA -** A DETEN manteve em operação, em parceria com a Petrobras Transporte S.A. - Transpetro, uma dutovia de 43 km de extensão para o transporte de sua principal matéria-prima, a normal-parafina, não utilizando o modal rodoviário. O investimento aportado e o aprimoramento processual atingido renderam uma economia de consumo de diesel e combustível fóssil, reduzindo consequentemente a geração de poluentes. **DOAÇÕES E AÇÕES DE VOLUNTARIADO - Programa Coleta Seletiva -** Doação do resultado da venda de sucatas metálicas, por meio do Cheque Verde. Em 2016, foram doados R$ 14.000,00, fruto das vendas de sucatas metálicas e óleo lubrificante usados, divididos para duas entidades: Associação Solidariedade Grupo de Apoio ao Portador de Câncer (ASGAP) e Casa de Repouso Bom Jesus. Além desta iniciativa, a DETEN seleciona e envia para reciclagem: papel, papelão, plástico, lâmpadas, óleo lubrificante, pilhas e baterias, dentre outros. **Brindes de Natal -** Em 2016, os brindes recebidos pelos empregados, de fornecedores, clientes e parceiros, foram convertidos em doação para a uma instituição localizada na comunidade vizinha à DETEN. **Prêmios ao Valor Social -** Fundación Cepsa - Em 2016, foram premiadas as seguintes instituições: Instituto de Cegos da Bahia - ICB, Núcleo de Apoio ao Combate do Câncer Infantil - NACCI, Associação de Amigos do Autista - AMA e Associação Centro de Ação Comunitária e Filantrópica Zilda Aranha - CEZA. Cada ONG receberá prêmio em dinheiro (cerca de 12 mil euros para cada projeto) para investimento no projeto aprovado. **CERTIFICAÇÕES EM NORMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS - Certificação ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007 -** Em março de 2016, a DETEN submeteu seu Sistema Integrado de Gestão Avançada - SIGA à Auditoria Externa para recertificação nas normas: ISO 9001:2008, ISO 14001:2004 e OHSAS 18001:2007, atendendo, respectivamente, a todos os requisitos das normas de Qualidade, Meio Ambiente e Segurança e Saúde Ocupacional. **SPIE (Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos) -** A DETEN obteve a recomendação para renovação da certificação de seu SPIE em dezembro de 2016, após ser auditada pelo IBP - Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biodiesel, com base nos requisitos da NR-13 e Portarias 537/2015 e 582/2015 do INMETRO, e teve sua terceira auditoria de manutenção em novembro de 2015. Para a DETEN, o SPIE representa uma elevação da segurança das plantas industriais, sendo prioridade a sua manutenção. **PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS - Prêmio Polo de Segurança, Saúde, Higiene e Meio Ambiente (COFIC) -** Em 2016, a DETEN se manteve no patamar de excelência, obtendo a pontuação de 96,6% de conformidade com os 19 elementos do protocolo do COFIC (Comitê de Fomento Industrial de Camaçari), e se destacando mais uma vez como a empresa melhor pontuada dentre todas as 21 empresas participantes do prêmio. Este resultado demonstra o alinhamento da empresa com as questões de SSHMA.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	2016	%	2015	%
1 - RECEITAS	**1.351.966**		**1.322.575**	
1.1 - Vendas de produtos	1.351.892		1.322.555	
1.2 - Outras receitas	74		20	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**935.538**		**903.833**	
2.1 - Custo dos produtos vendidos	873.832		845.787	
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	62.012		57.692	
2.3 - Perda / Recuperação de valores ativos	114		5	
2.4 - Outras - Constituição / (Reversão) de Provisão	(420)		349	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1 - 2)	**416.428**		**418.742**	
4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	**7.926**		**8.394**	
4.1 - Depreciação e amortização	7.926		8.394	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	**408.502**		**410.348**	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**13.267**		**27.111**	
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	(2)		(1)	
6.2 - Receitas financeiras	13.269		27.112	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	**421.769**		**437.459**	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**421.769**	**100,0**	**437.459**	**100,0**
8.1 - Pessoal e encargos	53.772	12,7	48.856	11,2
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	252.894	60,0	266.276	60,9
8.3 - Juros e aluguéis (reversão de provisão)	7.482	1,8	20.509	4,7
8.4 - Dividendos	107.621	25,5	101.818	23,3
8.5 - Lucros retidos	-	0,0	-	0,0

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**19.611**	18.681	Fornecedores	12	**17.701**	74.941
Contas a receber de clientes	6	**91.797**	105.567	Empréstimos e financiamentos	13	**26.215**	31.794
Estoques	7	**111.104**	167.061	Partes relacionadas	14	**967**	-
Tributos a recuperar	8	**17.577**	9.630	Bonificações e comissões a pagar		**9.826**	9.479
Outros ativos		**937**	2.295	Obrigações tributárias		**11.892**	10.742
Total do ativo circulante		**241.026**	303.234	Obrigações trabalhistas		**13.983**	12.141
Ativo não circulante mantido para venda		**-**	1.821	Dividendos a pagar	17.d	**26.905**	25.454
Não circulante				Outros passivos		**5.463**	5.342
Depósitos judiciais	16	**56.259**	53.113	Total do passivo circulante		**112.952**	169.893
Almoxarifado	7	**7.691**	6.981	Não circulante			
Tributos a recuperar	8	**12.370**	1.567	Empréstimos e financiamentos	13	**28.918**	32.880
				Imposto de renda diferido	15	**4.362**	3.902
Investimentos	9	**4.152**	4.164	Partes relacionadas	14	**124.336**	3.751
Imobilizado	10	**237.595**	134.678	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	**3.336**	1.831
Intangível	11	**62.008**	49.544	Total do passivo não circulante		**160.952**	42.364
Total do ativo não circulante		**380.075**	251.868	Patrimônio líquido			
				Capital social		**213.056**	213.056
				Reservas de lucros		**53.425**	53.425
				Dividendos adicionais propostos		**80.716**	76.364
				Total do patrimônio líquido	17	**347.197**	342.845
Total do ativo		**621.101**	555.102	Total do passivo e patrimônio líquido		**621.101**	555.102

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2016	2015
Receita operacional líquida	18	**939.035**	908.540
Custo dos produtos vendidos	19	**(723.595)**	(707.547)
Lucro bruto operacional		**215.440**	200.993
Despesas com vendas	20	**(49.792)**	(46.189)
Despesas gerais e administrativas	21	**(18.265)**	(17.030)
Honorários dos administradores	14.b	**(1.649)**	(1.753)
Depreciações e amortizações	10 e 11	**(1.561)**	(1.222)
Participação dos empregados e administradores nos resultados		**(5.930)**	(4.655)
Participação nos resultados de controlada	14.b	**(2)**	(1)
Outras despesas operacionais, líquidas		**380**	(335)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		**138.621**	129.808
Receitas financeiras	22	**13.269**	27.112
Despesas financeiras	22	**(8.378)**	(21.119)
		4.891	5.993
Lucro antes do imposto de renda		**143.512**	135.801
Imposto de renda			
Corrente	15.a	**(35.430)**	(33.403)
Diferido	15.b	**(461)**	(580)
Lucro líquido do exercício		**107.621**	101.818
Quantidade de ações (em milhares)		**99.327.769**	99.327.769
Lucro por ação atribuível aos acionistas - em R$		**1,08**	1,03

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	**107.621**	101.818
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Resultado abrangente do exercício	**107.621**	101.818

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Legal	Incentivo fiscal	Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
Em 1º de janeiro de 2015		213.056	42.610	10.815	-	59.395	325.876
Distribuição dos dividendos adicionais		-	-	-	-	(59.395)	(59.395)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	101.818	-	101.818
Destinação do lucro:							
Dividendos mínimos obrigatórios	17.d	-	-	-	(25.454)	-	(25.454)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(76.364)	(76.364)	-
Em 31 de dezembro de 2015		**213.056**	**42.610**	**10.815**	**-**	**76.364**	**342.845**
Distribuição dos dividendos adicionais		**-**	**-**	**-**	**-**	**(76.364)**	**(76.364)**
Lucro líquido do exercício		**-**	**-**	**-**	**107.621**	**-**	**107.621**
Destinação do lucro:							
Dividendos mínimos obrigatórios	17.d	**-**	**-**	**-**	**(26.905)**	**-**	**(26.905)**
Dividendos adicionais propostos		**-**	**-**	**-**	**(80.716)**	**80.716**	**-**
Em 31 de dezembro de 2016		**213.056**	**42.610**	**10.815**	**-**	**80.716**	**347.197**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda		**143.512**	135.801
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro com o fluxo de caixa			
Depreciação e amortização	10 e 11.a e b	**7.926**	8.394
Valor residual do ativo imobilizado baixado	10.a	**10**	-
Resultado de controlada reconhecido por equivalência patrimonial	9.b	**2**	1
Constituição (reversão) de provisão para perda com investimento		**10**	24
Variações monetárias, líquidas		**(128)**	5.796
Lucro antes do imposto de renda ajustado		**151.332**	150.016
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		**13.770**	(7.827)
Estoques		**55.126**	(45.843)
Impostos e contribuições a recuperar		**(18.750)**	(6.670)
Depósitos judiciais		**(15)**	(48)
Outros ativos		**1.356**	(270)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		**(94.178)**	23.352
Obrigações tributárias		**1.609**	(1.582)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		**-**	-
Outros passivos		**2.309**	2.032
Imposto de renda pago		**(35.545)**	(32.121)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**77.014**	81.039
Atividades de investimentos			
Compras de imobilizado e de ativos intangíveis	10 e 11.a e b	**(82.563)**	(18.021)
Valor recebido pela venda de imobilizado	11.a	**-**	-
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		**(82.563)**	(18.021)
Atividades de financiamento			
Captação de empréstimos		**200.193**	67.502
Pagamento de empréstimos		**(91.896)**	(65.907)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia		**(101.818)**	(79.193)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		**6.479**	(77.598)
Diminuição no caixa e equivalentes de caixa		**930**	(14.580)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	**18.681**	33.261
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	**19.611**	18.681
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**930**	(14.580)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2016 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais - A Deten Química S.A. ("Deten" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Polo Petroquímico de Camaçari - Bahia e tem como controladores a Petresa Participações Ltda. (69,94% do capital total) e PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A. (27,88% do capital total). A Companhia tem como objeto social a produção de matérias-primas para a fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, a comercialização de produtos químicos de sua fabricação ou de terceiros, inclusive a importação e exportação e, ainda, a participação em outras sociedades. As demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria e pelo Comitê Executivo da Companhia em 31 de janeiro de 2017. **2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis -** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota 2.1. **2.1. Resumo das principais políticas contábeis -** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas a seguir. **(a) Base de preparação -** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A Companhia possui participação em sociedade controlada (Detenpar Empreendimentos Ltda. - "Detenpar"), que é avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Essa controlada não possui operações e, basicamente, seu ativo é composto por mútuo com a Companhia em contrapartida do patrimônio líquido, os quais seriam totalmente eliminados em um eventual processo de consolidação das demonstrações financeiras. Diante desse cenário, a Companhia considerou que a não apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a sua única controlada, não prejudicaria o entendimento e a apresentação das demonstrações financeiras como um todo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. Os pronunciamentos/interpretações de CPCs que entraram em vigor a partir de 2016 não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **(b) Conversão de moedas estrangeiras - (i) Moeda funcional e moeda de apresentação -** Os itens incluídos nessas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R$). **(ii) Transações e saldos -** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, contas a pagar e a receber e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. **(c) Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses da contratação, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **(d) Instrumentos financeiros - (i) Classificação -** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **(ii) Empréstimos e recebíveis -** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa". **(iii) Reconhecimento e mensuração -** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido todos os riscos e os benefícios significativos da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. **(iv) *Impairment* de instrumentos financeiros - Ativos mensurados ao custo amortizado -** A Companhia avalia no final de cada data de balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são reconhecidos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e esse evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: • Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; • Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; • A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; • Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; • O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; • Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição possa não ser ainda identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Caso um empréstimo tenha uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Caso, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminua e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **(e) Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia. Quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD"). A Companhia mantém acompanhamento sistemático da posição do contas a receber de clientes, em caso de inadimplências é feita avaliação conjunta com informações das áreas Financeira e Comercial da situação do cliente e das possibilidades de recebimentos dos créditos, de forma a subsidiar a tomada de decisão quanto à constituição de provisão para perdas prováveis, bem como outras ações administrativas e/ou jurídicas que se façam necessárias. **(f) Estoques -** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de produção, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **(g) Depósitos judiciais -** Os depósitos judiciais são registrados pelo valor efetivamente depositado judicialmente, acrescido das respectivas atualizações financeiras pela SELIC até a data do encerramento do exercício. **(h) Almoxarifado -** O saldo de almoxarifado é demonstrado ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação do almoxarifado é o da média ponderada móvel. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **(i) Tributos a recuperar -** Os impostos a recuperar são registrados pelo regime de competência de acordo com as operações realizadas, e segregado entre o circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização. **(j) Investimentos -** A participação em sociedade controlada (Detenpar Empreendimentos Ltda. - "Detenpar") é avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Essa controlada não possui operações e, basicamente, seu ativo é composto por mútuo com a Companhia em contrapartida do patrimônio líquido, os quais seriam totalmente eliminados em um eventual processo de consolidação das demonstrações financeiras. Diante desse cenário, a Companhia considerou que a não apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a sua única controlada, não prejudicaria o entendimento e a apresentação das demonstrações financeiras como um todo. **(k) Imobilizado -** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme Nota 10. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando necessário, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados da venda ou baixa com o valor contábil e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **(l) *Impairment* de ativos não financeiros -** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **(m) Intangível -** As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso; • A administração pretende concluir o *software* e usá-lo; • O *software* pode ser usado; • Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gere benefícios econômicos futuros; • Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o *software*; • O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, pelas taxas anuais apresentadas na Nota 11. **(n) Fornecedores -** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano; caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **(o) Empréstimos e financiamentos -** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os empréstimos apresentados referem-se a Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamento de Contrato de Exportação (ACE), em moeda estrangeira (dólar estadunidense), com taxas de juros que variam de 0,90% a 1,43% a.a.. Esses adiantamentos estão relacionados às exportações de produtos da Companhia. No passivo não circulante constam os empréstimos do BNDES, em moeda nacional, com taxa de 9% a.a.. **(p) Provisões para contingências -** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia e sua controlada têm uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **(q) Imposto de renda corrente e diferido -** As despesas de imposto de renda do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na extensão em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso e quando aplicável, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, respectivamente. O encargo de imposto de renda é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia não é contribuinte da contribuição social sobre o lucro líquido. O imposto de renda corrente é apresentado líquido no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda diferido é reconhecido usando-se o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **(r) Outras obrigações - (i) Benefícios pós-emprego -** A Companhia possui planos de benefício definido e de contribuição definida. Atualmente, a Companhia possui 48 participantes, sendo 4 ativos e 44 assistidos no plano de benefício definido. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Os ganhos e perdas atuariais, decorrentes dos aumentos ou reduções no valor presente da obrigação do benefício definido em razão de mudanças em premissas atuariais e os ajustes pela experiência, devem ser reconhecidos integralmente na data das demonstrações financeiras. O regulamento do Plano de Benefício Definido não prevê que o ativo atuarial possa ser usado para reduzir contribuições futuras de patrocinadoras ou que possa ser reembolsado, assim a Companhia não efetuou qualquer registro relativo a esses ativos. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego por um período de tempo específico (período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido. Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. **(s) Participação nos lucros -** A participação dos empregados e administradores no resultado é provisionada com base em metas operacionais, sendo que tais valores estão sujeitos à aprovação de Assembleia Geral Ordinária. **(t) Bonificações e comissões a pagar -** As bonificações e comissões a pagar são calculadas de acordo com as condições contratuais que são vinculadas às compras efetuadas pelos clientes, e são contabilizadas pelo regime de competência. A Companhia possui política de bonificações aos seus clientes baseadas principalmente em exclusividade e volume. As bonificações são calculadas com base no preço contratado e no volume de compras realizadas no mês anterior, líquido de devoluções. As bonificações por volume são avaliadas com base nas compras anuais previstas e são registradas no resultado em conta redutora à receita quando o volume atinge a quantidade que dá direito à bonificação. **(u) Apuração do resultado -** O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência dos exercícios. A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. **(v) Reconhecimento da receita -** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança. É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(i) Venda de produtos -** A Companhia fabrica e vende matérias-primas para fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral sendo, substancialmente, Linear Alquilbenzeno (LAB) e ácido Alquilbenzeno Sulfônico (LAS). As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia entrega os produtos para os respectivos clientes e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos. Quando a Companhia é responsável pela entrega, a receita não é reconhecida até que: (i) os produtos tenham sido entregues no local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para os clientes; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. **(ii) Receita financeira -** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **(iii) Distribuição de dividendos -** A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária. **3. Estimativas e julgamentos, contábeis críticos -** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliadas e estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período. **3.1. Vida útil dos bens do imobilizado -** A Companhia revisa periodicamente os valores recuperáveis e estimativas de vida útil do imobilizado. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos. **3.2. Imposto de renda corrente e diferido -** As despesas de imposto de renda do exercício compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na extensão em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso e quando aplicável, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, respectivamente. O encargo de imposto de renda é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia não é contribuinte da contribuição social sobre o lucro líquido (Nota 15 (b)). O imposto de renda corrente é apresentado líquido no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda diferido é reconhecido usando-se o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. **3.3. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis -** A provisão refere-se aos processos judiciais e autuações sofridas pela Companhia. A obrigação é reconhecida no momento em que for considerada provável e puder ser mensurada com razoável certeza. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. **3.4. Benefícios pós-emprego -** O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 23. **4. Pronunciamentos técnicos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2016 -** As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2016. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). • IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração está avaliando o impacto total de sua adoção. • IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a IAS 11 - "Contratos de Construção", IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. A administração está avaliando os impactos de sua adoção. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **5. Caixa e equivalentes de caixa -** A Companhia busca manter disponibilidade de numerários suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados no plano de negócios; (iii) para pagamentos de dividendos; e (iv) às eventuais condições adversas resultantes de decisões judiciais.

	2016	2015
Caixa	**2**	62
Bancos conta movimento	**4.502**	366
Títulos e valores mobiliários - CDB pós-fixada	**15.107**	18.253
	19.611	18.681

Em 31 de dezembro de 2016, os CDBs foram remunerados por uma taxa média de 98,07% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Considerando que as aplicações possuem liquidez imediata pelas taxas contratadas ou resgatáveis no prazo de 90 dias da data da aplicação, que estas operações foram contratadas em condições normais com instituições financeiras e que os respectivos rendimentos ou encargos financeiros estão sendo contabilizados pela taxa efetiva de juros, tais operações já estão contabilizadas a valor de mercado.

6. Contas a receber de clientes

	2016	2015
Clientes no país	**83.404**	87.951
Clientes no exterior	**9.394**	18.893
Clientes partes relacionadas	**276**	-
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**(1.277)**	(1.277)
	91.797	105.567

	2016	2015
A vencer	**88.819**	99.439
Vencidos		
Até 30 dias	**2.977**	6.128
Acima de 300 dias	**1.277**	1.277
	93.073	106.844

A provisão para crédito de liquidação duvidosa não teve movimentação nos últimos dois anos.

7. Estoques

	2016	2015
Produtos acabados	**57.946**	79.690
Produtos em processo	**2.518**	1.834
Matérias-primas	**23.819**	39.969
Almoxarifado (a)	**13.554**	11.666
Importações em andamento (b)	**836**	26.240
Adiantamento a fornecedores	**5.825**	7.897
Materiais secundários	**14.296**	6.746
	118.794	174.042
Circulante	**111.104**	167.061
Não circulante	**7.691**	6.981

(a) Os estoques de almoxarifado são compostos principalmente por peças de reposições para a unidade fabril, materiais de escritório, entre outros os materiais de proteção e segurança (EPI's). As peças de reposição mantidas no almoxarifado cuja expectativa de consumo supera um ano estão classificadas no ativo não circulante. **(b)** Refere-se à importação em andamento de peças de reposição. O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo das vendas" totalizou R$ 723.595 (2015 - R$ 707.547).

8. Tributos a recuperar

	2016	2015
ICMS	**17.816**	8.012
COFINS	**9.906**	2.590
PIS	**2.156**	566
Imposto de renda	**20**	20
IRRF sobre aplicações financeiras	**8**	9
Outros	**40**	-
	29.946	11.197
Circulante	**17.577**	9.630
Não circulante	**12.370**	1.567

9. Investimentos

	2016	2015
Investimento em controlada	**3.755**	3.757
Outros investimentos avaliados ao custo	**397**	407
	4.152	4.164

a) Informações sobre o investimento em controlada - Detenpar

	2016	2015
Quantidade de quotas possuídas (em milhares)	**483**	483
Participação no capital integralizado - %	**100**	100
Patrimônio líquido ajustado	**3.755**	3.757
Prejuízo do exercício	**(2)**	(1)

b) Movimentação do investimento em controlada - Detenpar

	2016	2015
Saldo do investimento no início do exercício	**3.757**	3.758
Equivalência patrimonial	**(2)**	(1)
Saldo do investimento no final do exercício	**3.755**	3.757

A controlada Detenpar Empreendimentos Ltda. ("Detenpar") atualmente encontra-se com as atividades operacionais paralisadas. A Administração da Companhia avalia um novo objetivo social para essa controlada.

>>> continuação

DETEN QUÍMICA S.A. CNPJ Nº 13.546.106/0001-37

10. Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros (a)	Total em operação	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3	7.333	99.291	134	956	9.047	116.764	9.225	125.989
Aquisições	-	-	-	-	-	3.704	3.704	12.197	15.901
Baixa custo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	77	12.023	-	33	(2.313)	9.820	(9.820)	-
Depreciação	-	(266)	(6.845)	(15)	(77)	(9)	(7.212)	-	(7.212)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	3	7.144	104.469	119	912	10.429	123.076	11.602	134.678
Custo total	3	15.020	319.133	596	2.987	13.693	351.432	11.602	363.034
Depreciação acumulada	-	(7.876)	(214.664)	(477)	(2.075)	(3.264)	(228.356)	-	(228.356)
Valor residual	3	7.144	104.469	119	912	10.429	123.076	11.602	134.678
Aquisições	1.821	-	-	-	-	58.600	60.421	49.005	109.426
Baixas líquidas	-	-	(10)	-	(2)	-	(12)	-	(12)
Transferências	-	9	17.180	-	106	(43.233)	(25.938)	25.848	(90)
Depreciação	-	(239)	(6.061)	(15)	(82)	(9)	(6.406)	-	(6.406)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.824	6.914	115.578	104	934	25.787	151.141	86.455	237.596
Custo total	1.824	15.029	336.061	596	3.091	29.062	385.663	86.455	472.118
Depreciação acumulada	-	(8.115)	(220.483)	(492)	(2.157)	(3.275)	(234.522)	-	(234.522)
	1.824	6.914	115.578	104	934	25.787	151.141	86.455	237.596
Taxas anuais de depreciação - %		2	4	10	3 a 5	Até 2			

(a) Refere-se substancialmente a itens em almoxarifado (itens de peças de reposição) que a entidade espera usar em mais de um período. A depreciação do exercício alocada ao custo de produção é de R$ 6.185 (2015 - R$ 6.957) e a despesa, R$ 221 (2015 - R$ 254). Conforme descrito na Nota 13 (a), certos bens do ativo imobilizado foram dados em garantia para operações de empréstimos. As obras em andamento correspondem, principalmente, ao aumento da capacidade produtiva da fábrica, além de melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos, cujos prazos de encerramento médios estão previstos para 31 de dezembro de 2017. A Companhia adota como prática contábil o registro dos gastos com paradas programadas para manutenção diretamente no custo de fabricação quando realizadas, visto que estas são efetuadas anualmente. No exercício de 2016, foi alocado ao resultado o montante de R$ 3.383 (2015 - R$ 4.859) relativos à respectiva parada. O terreno da antiga fábrica localizada em São Caetano do Sul no montante de R$ 1.821 foi reclassificado para ativo não circulante mantido para venda, em virtude de contrato de promessa de compra e venda firmado em 2011. A Companhia recebeu em setembro de 2011, a título de adiantamento, o montante de R$ 355 e a expectativa de conclusão dessa venda, que era até final de 2016, foi postergada para ocorrer a partir de 2018 em função da necessidade de conclusão da remediação do solo feita no terreno. Com isso, o valor de R$ 1.821 mil foi transferido para o Imobilizado.

11. Intangível

	Licenças de *software* (a)	Marcas e patentes	Licença de tecnologia (b)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	5.572	81	-	5.653
Aquisições	2.120	-	42.953	45.073
Amortização	(1.182)	-	-	(1.182)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.510	81	42.953	49.544
Aquisições	4.960	-	9.023	13.983
Amortização	(1.519)	-	-	(1.519)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	9.951	81	51.976	62.008
Custo total	12.652	81	51.976	64.709
Amortização acumulada	(2.701)	-	-	(2.701)
	9.951	81	51.976	62.008
Taxas anuais de amortização - %	20	-	-	

(a) O saldo classificado como licença para uso de tecnologia refere-se ao custo incorrido com a aquisição de tecnologia industrial para ampliação da capacidade de produção de LAB. Uma vez que (i) o contrato de aquisição da licença com terceiros não estabelece prazo para uso da tecnologia; (ii) essa tecnologia irá gerar benefícios econômicos futuros por um prazo de tempo indeterminado; e (iii) a tecnologia não possui vida útil definida, o ativo intangível reconhecido não está sendo amortizado. A vida útil desse ativo é revisada pelo menos anualmente para determinar se as circunstâncias presentes continuam a suportar a avaliação de vida útil indefinida para o ativo. A amortização do exercício alocada ao custo de produção é de R$180 (2015 - R$ 214) e a despesa, R$ 1.339 (2015 - R$ 968).

12. Fornecedores

	2016	2015
Fornecedores no país	16.917	9.335
Fornecedores no exterior	596	43.172
Fornecedores partes relacionadas	188	22.434
	17.701	74.941

13. Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquido dos custos de transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

	Encargos financeiros	2016	2015
Passivo circulante			
Moeda estrangeira			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio (i)	U.S. dólar + juros de 2,10% a 2,75% a.a.	20.133	28.276
Moeda nacional			
BNDES (ii)	9% a.a.	4.099	3.518
BANCO DO BRASIL	6,5% a.a.	1.983	-
		26.215	31.794
Passivo não circulante			
Moeda nacional			
BNDES (ii)	9% a.a.	13.054	16.105
Banco do Brasil (iii)	6,5% a.a.	15.864	16.775
		28.918	32.880

(i) Os ACCs possuem vencimento de curto prazo e não possuem garantia. **(ii)** Em 4 de dezembro de 2012, a Companhia obteve a aprovação para liberação do financiamento de longo prazo no montante de R$ 38.087. Até 31 de dezembro de 2015, ocorreram liberações pelo BNDES totalizando R$ 19.112 (2014 - R$ 15.226). As operações contratadas junto ao BNDES têm carência média de 36 meses e as prestações são mensais e consecutivas, vencendo a última em 15 de dezembro de 2021. **(iii)** Em setembro de 2014, a Companhia obteve aprovação para liberação do financiamento de longo prazo, no montante de R$ 31.256. Até o ano de 2015, ocorreram liberações pelo Banco do Brasil totalizando R$ 15.448. As exigibilidades decorrentes do contrato, incluindo os encargos financeiros, serão pagas em 18 (dezoito) prestações semestrais consecutivas, vencendo a última em 1º de dezembro de 2025. **a)** Garantias - Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o BNDES, a Companhia concedeu a título de garantia a 1ª hipoteca do imóvel de sua propriedade no Polo Petroquímico de Camaçari, que inclui o terreno, edificações, máquinas e equipamentos. E para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do contrato firmado com o Banco do Brasil, a Companhia concedeu a título de garantia o registro de cobrança, na proporção mínima de 150% da dívida que vise a amparar os créditos que tenham a receber decorrente das vendas de produtos. **b)** Cláusulas restritivas financeiras - • Banco do Brasil: o indicador dívida financeira bruta/EBITDA não ultrapassar 3 x durante todo o contrato; • BNDES: o indicador Patrimônio Líquido / Ativo Total deverá ser igual ou superior a 0,3 e a Dívida Líquida/ EBITDA igual ou inferior a 3,0. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia encontrava-se adimplente em relação às cláusulas restritivas financeiras. **c)** Capitalização de juros - A Companhia realiza a capitalização de custos de empréstimos e financiamentos atribuíveis a ativos qualificáveis. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não houve juros atribuíveis ao imobilizado em formação (2015 - R$ 0). Os empréstimos e financiamentos apresentaram a movimentação conforme demonstrado a seguir:

	2014	Adição	Amortização	Juros	Variação cambial	Transferência	2015
Circulante							
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	20.183	53.095	-	75	6.331	(51.408)	28.276
ACE - Adiantamento de contrato de exportação	-	10.501	(64.533)	-	2.624	51.408	-
BNDES	445	-	(1.374)	1.288	-	3.160	3.519
	20.628	63.596	(65.907)	1.363	8.955	3.160	31.795
Não circulante							
BNDES	14.999	3.908	-	358	-	(3.160)	16.105
BANCO DO BRASIL	15.700	-	-	1.075	-	-	16.775
	30.699	3.908	-	1.433	-	-	32.880
	51.327	67.504	(65.907)	2.796	8.955	-	64.675

	2015	Adição	Amortização	Juros	Variação cambial	Transferência	2016
Circulante							
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	28.276	81.849	-	(24)	(3.238)	(86.730)	20.133
ACE - Adiantamento de contrato de exportação	-	-	(87.726)	-	996	86.730	-
Banco do Brasil	-	-	-	-	-	1.983	1.983
BNDES	3.519	-	(4.171)	750	-	4.001	4.099
	31.795	81.849	(91.897)	726	(2.242)	5.984	26.215
Não circulante							
BNDES	16.105	-	-	950	-	(4.001)	13.054
BANCO DO BRASIL	16.775	-	-	1.072	-	(1.983)	15.864
	32.880	-	-	2.022	-	(5.984)	28.918
	64.675	81.849	(91.897)	2.748	(2.242)	-	55.133

Os saldos registrados no passivo não circulante possuem vencimento conforme demonstrado a seguir:

	2016	2015
2017	-	5.719
2018	6.044	5.719
2019	6.044	5.719
2020	6.044	5.719
2021 em diante	10.786	10.004
	28.918	32.880

14. Saldos e transações com partes relacionadas - a) Transações e saldos

Saldos

Acionistas e controlada:	Ativo circulante - Contas a receber de clientes 2016	2015	Passivo circulante - Fornecedores 2016	2015	Passivo circulante - Mútuos 2016	2015	Passivo não circulante - Mútuos 2016	2015
Cepsa Química S.A. (i), (ii), (iii)	276	-	188	22.434	967	-	120.587	-
Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") (iv)	-	-	-	-	-	-	-	-
Detenpar Empreendimentos Ltda (v)	-	-	655	304	-	-	3.749	3.751
	276	-	843	22.738	967	-	124.336	3.751

Transações

Acionistas e controlada:	Vendas de produtos 2016	2015	Produtos acabados adquiridos 2016	2015	Matérias-primas adquiridas 2016	2015	Mútuos 2016	2015
Cepsa Química S.A. (i), (ii)	33.102	2.592	7.928	-	266.950	339.177	120.587	-
Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") (iv)	-	-	-	-	161.248	177.516	-	-
	33.102	2.592	7.928	-	428.198	516.693	120.587	-

As transações entre partes relacionadas são realizadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. **a)** Transações e saldos - **(i)** As vendas de produtos estão representadas por transações relativas à venda de ALP - Alquilado Pesado e LAB - Alquilbenzeno Linear. Em produtos acabados adquiridos são apresentadas as transações referentes à aquisição de LAB - Alquilbenzeno Linear e em matérias-primas são apresentadas as transações referentes à aquisição de Normal Parafina da Cepsa Química S.A. (controladora indireta), utilizados para a fabricação dos tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, produzidos pela Companhia. **(ii)** Referente a empréstimo da controladora Cepsa Química S.A., como fonte complementar de recursos para a ampliação da unidade de produção de LAB, com prazo para pagar de cinco anos, sendo dois de carência, em USD, com juros a LIBOR seis meses + 3,5% a.a., pagos trimestralmente. **(iii)** Saldo de empréstimo *intercompany* da Cepsa Química, remunerado a juros LIBOR seis meses + 3,5% a.a., pagos trimestralmente, o principal vencerá em quatro parcelas anuais a partir de setembro de 2018. Foi capitalizado no período, o montante de R$ 967 mil, referente a juros. **(iv)** Referente à aquisição de Normal Parafina e Enxofre da Petróleo Brasileiro S.A., utilizados para a fabricação dos tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, produzidos pela Companhia. **(v)** Os saldos mantidos em mútuo com a Detenpar não são remunerados e não possuem vencimento determinado. **b)** Remuneração do pessoal-chave da Administração - O pessoal-chave da Administração inclui os diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga por serviços de empregados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R$ 1.649 (2015 - R$ 1.753). Adicionalmente, foram pagos aos diretores valores a título de participação nos resultados, no montante de R$ 352 (2015 - R$ 425) que estão apresentados na rubrica de participação dos empregados e administradores nos resultados na demonstração do resultado. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos na legislação trabalhista vigente no Brasil. **15. Imposto de renda - a)** Reconciliação da despesa do imposto de renda - Os valores de imposto de renda demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em relação à alíquota nominal:

	2016	2015
Lucro antes do imposto de renda	143.512	135.801
A alíquota fiscal de 25% (2015 - 25%)	35.878	33.950
Receitas não tributáveis para fins fiscais:		
Receitas financeiras	(2.611)	(2.415)
Outros	(430)	(546)
Despesas não dedutíveis para fins fiscais:		
Despesas financeiras	2.577	2.377
Remuneração da administração	248	211
Outros	(20)	17
(-) PAT	(197)	(178)
(-) Licença-maternidade	(15)	(13)
A alíquota efetiva de 24,6% (2015 - 24,6%)	35.430	33.403

A Administração da Companhia entende que em caso de decisão final desfavorável do processo judicial que discute as autuações da CSLL, tal tributo somente será devido prospectivamente, quando da referida decisão judicial final. **b)** Imposto de renda diferido - O imposto de renda diferido é calculado sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota desse imposto, definida atualmente para determinação dos tributos diferidos, é de 25%. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.
Os valores de compensação são os seguintes:

	2016	2015
Imposto de renda diferido ativo	(2.720)	(2.417)
Imposto de renda diferido passivo	7.082	6.319
Imposto de renda diferido passivo (líquido)	4.362	3.902

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

Saldo em 1º de janeiro de 2015	3.322
Provisão para perda com almoxarifado	(125)
Provisão para perda com investimento	(6)
Atualização de depósitos judiciais	711
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.902
Provisão para contingências fiscais	(374)
Provisão para perda com almoxarifado	73
Provisão para perda com investimento	(2)
Atualização de depósitos judiciais	763
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.362

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

	Saldos em 01/01/2014	Efeito no resultado	Saldos em 31/12/2015	Efeito no resultado	Saldos em 31/12/2016
Ativo de imposto diferido					
Provisão para devedores duvidosos	320	-	320	-	320
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	316	-	316	374	690
Provisão para perda em investimento	1.361	6	1.367	2	1.369
Ajuste a valor presente	146	38	184	(34)	150
Outros	143	87	230	(39)	191
	2.286	131	2.417	303	2.720
Passivo de imposto diferido					
Atualização dos depósitos judiciais	(5.608)	(711)	(6.319)	(763)	(7.082)
	(5.608)	(711)	(6.319)	(763)	(7.082)
Total imposto diferido (líquido)	(3.322)	(580)	(3.902)	(460)	(4.362)

16. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e depósitos judiciais - A Companhia questiona judicialmente a legalidade da cobrança de determinados impostos e contribuições incidentes sobre suas operações, bem como vem discutindo questões nas esferas administrativas e judiciais referentes a processos trabalhistas e cíveis. Com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos externos, a Companhia, em 31 de dezembro de 2016, mantém provisão para perdas prováveis com estes processos, em montantes considerados suficientes e mantém ainda depósitos judiciais para fazer face a requerimentos judiciais, os quais são atualizados pela taxa SELIC, conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais 2016	2015	Provisão 2016	2015
Cíveis e trabalhistas	1.992	1.831	1.264	1.263
IPI e Imposto sobre importação ("II") sobre importações de catalisadores (a)	1.150	1.109	581	568
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	43.566	41.329	-	-
PIS LC 07/70 (c)	8.992	8.342	1.492	-
IPTU (d)	559	502	-	-
	56.259	53.113	3.337	1.831

(a) IPI e II sobre importações de catalisadores - A Companhia discute judicialmente a incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação sobre a importação de catalisadores enviados para regeneração no exterior. Nesse sentido, efetuou depósitos judiciais dos valores devidos. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, mantém provisão de R$ 581 (2015 - R$ 568), equivalente ao valor estimado de perda neste processo e depósito judicial no montante de R$ 1.150 (2015 - R$ 1.109). **(b)** Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Em 2002, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") referente aos exercícios fiscais de 1997 a 2002, pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que não foi realizado em função da Companhia ser beneficiária de sentença judicial transitada em julgado que lhe assegurou o direito ao não recolhimento da CSLL. A SRF alegou que tal sentença não mais resguardava a Companhia e lavrou Autos de Infração no montante de R$ 58.604, acrescidos de multa e juros. A Companhia protocolou defesa administrativa dirigida à Delegacia de Julgamento da Receita Federal e impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar, efetuando depósito judicial de R$ 16.889, referente ao exercício fiscal de 2002, obtendo decisão favorável em 1ª instância, visando evitar novas autuações por parte da Receita Federal, até decisão final dos autos em discussão. A União recorreu desta decisão, estando o processo em tramitação para apreciação do recurso. Em 13 de junho de 2007, 16 de fevereiro de 2009 e 21 de junho de 2010, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro, referente aos exercícios fiscais de 2002 a 2004, 2005 a 2007 e 2008, respectivamente, alegando que tal sentença não mais resguardava a Companhia, e para prevenir da decadência foram lavrados Autos de Infração no montante de R$ 46.611, R$ 46.929 e R$ 11.403, respectivamente, cujo montante acrescido de multa isolada e juros totaliza R$ 104.943. No 2º semestre de 2010, os Recursos promovidos pela União relativos às autuações dos exercícios fiscais de 1997 e 1998, bem como a Apelação do Mandado de Segurança foram julgados favoráveis para a Companhia pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (2ª Instância), contudo a União interpôs Recurso de Embargos de Declaração no processo do Mandado de Segurança, o qual foi negado provimento por unanimidade pelo TRF. Em 24 de outubro de 2012, a União interpôs o Recurso Especial e Recurso Extraordinário, e a Companhia apresentou suas contrarrazões, pendentes de apreciação pelos respectivos Tribunais. Em 26 de outubro de 2012, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais 2009 e 2010, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R$ 13.167, incluindo apenas os juros de mora. Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não reconhecimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2011 a 2013, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R$ 32.895, incluindo apenas os juros de mora. Baseados no entendimento de que há decisão judicial transitada em julgado favorável a Companhia, e no fato de a União não ter intentado ação rescisória para desconstituir a citada decisão, os assessores jurídicos externos acreditam que a Companhia deverá obter êxito em seus pleitos de manutenção do não recolhimento da CSLL. Com relação a eventuais reflexos de recente decisão do Supremo Tribunal de Justiça sobre o mesmo assunto, no caso do Banco de Brasília, os assessores jurídicos ratificaram a expectativa de êxito, alegando que ainda que a Fazenda Nacional reverta a decisão obtida pela Companhia, há sempre a possibilidade de se obter uma modulação dos efeitos desta decisão, a fim de que a cobrança da CSLL venha a ser feita somente a partir desse novo julgamento, sem retroagir a períodos anteriores. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não espera reversão da sentença judicial transitada em julgado que isentou a Companhia do recolhimento da referida contribuição para os exercícios fiscais de 1988 e anos subsequentes. Desta forma, não foi constituída provisão para fazer face a estes autos de infração nem para os exercícios não revisados pela fiscalização da Receita Federal. **(c)** PIS LC 07/70 - Refere-se, basicamente, a depósito judicial efetuado em 28 de novembro de 2008, no montante de R$ 4.910, como garantia no processo de Embargos de Execução impetrado pela Secretaria da Receita Federal, referente às cobranças de diferenças no recolhimento de PIS (Decretos Lei nºs 2.448 e 2.449/98 versus LC 07/70) do período de março de 1993 a dezembro de 1996. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não espera perdas e não constituiu provisão para eventuais perdas provenientes desse processo. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo do depósito judicial atualizado é de R$ 8.992 (2015 - R$ 8.342). **(d)** IPTU - Refere-se a depósito para garantir a discussão judicial com a Prefeitura Municipal de Camaçari em decorrência de reajuste do IPTU aplicado por aquela prefeitura. Encontram-se ainda em andamento ações indenizatórias de natureza cível, trabalhista e tributária movidas contra a Companhia que de acordo com a avaliação dos seus assessores jurídicos deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações, aproximadamente R$ 35.130 (2015 - R$ 28.724) referem-se a contingências de natureza trabalhista, civil e tributária cujo desfecho é avaliado como possível, tornando desnecessária uma provisão. **17. Patrimônio líquido - a)** Capital social - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R$ 213.100. O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 213.056 em 31 de dezembro de 2016 e 2015, representado da seguinte forma (em lotes de mil ações):

Ações ordinárias	96.973.174
Ações preferenciais classe "A"	33.929
Ações preferenciais classe "B"	2.320.666
	99.327.769

Não houve movimentação de ações no exercício e, dessa forma, o lucro básico e diluído por ações é igual. Todas as ações da Companhia não possuem valor nominal. **b)** Direitos das ações - As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos, em dinheiro, até o limite de 6% ao ano, sobre o seu respectivo valor unitário. Aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais Classe "B" não participarão dos lucros remanescentes, após o recebimento do dividendo mínimo. Após o pagamento dos dividendos às ações ordinárias, igual ao dividendo prioritário pago às ações preferenciais Classes "A" e "B", as ações Classe "A" participarão em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição do lucro remanescente e na distribuição de ações resultantes de reservas ou lucros. É assegurada a prioridade no reembolso do capital às ações preferenciais Classe "A", no caso de dissolução da Companhia. **c)** Reserva de lucros - *Incentivo fiscal* - Corresponde ao incentivo de redução do imposto de renda no percentual de 12,5% sobre os resultados dos anos de 2009 a 2013 no montante de R$ 10.815. Esses benefícios de redução do imposto de renda foram registrados inicialmente no resultado do exercício, na rubrica de imposto de renda corrente, e posteriormente transferidos para a reserva de lucros. *Legal* - Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não houve adição à reserva legal por já ter atingindo tal limite em 2012. O saldo da reserva legal constituída é de R$ 42.611 (2015 - R$ 42.611). **d)** Dividendos - Os dividendos pagos e propostos são demonstrados como segue:

	2016	2015
Lucro líquido do exercício	107.621	101.818
Dividendos mínimos e obrigatórios:		
Ações ordinárias	26.596	25.146
Ações preferenciais Classe "A"	9	9
Ações preferenciais Classe "B" (i)	299	299
25% sobre a base de cálculo dos dividendos	26.904	25.454
Dividendos propostos, por lote de mil ações:		
Ações ordinárias - R$ 1,106 (2015 - R$ 1,047)	107.285	101.484
Ações preferenciais Classe "A" R$ 1,106 (2015 - R$ 1,047)	37	35
Ações preferenciais Classe "B" R$ 0,128 (2015 - R$ 0,128)	299	299
	107.621	101.818
% sobre a base de cálculo	100	100
Dividendos a pagar	26.905	25.454
Dividendos adicionais propostos	80.716	76.364

(i) Essa classe de ação faz jus apenas aos dividendos mínimos, conforme estatuto.
A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais em 2016 no montante de R$ 80.716 (2015 - R$ 76.364), registrados no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva posterior em ata de Assembleia Geral. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondentes ao exercício corrente foram lançados no passivo circulante no montante de R$ 26.905 (2015 - R$ 25.454). **18. Receita operacional líquida -** A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2016	2015
Vendas brutas de produtos		
Mercado interno	1.273.166	1.262.540
Mercado externo	81.982	61.828
Impostos sobre vendas	(349.486)	(349.519)
Devoluções e bonificações	(66.627)	(66.309)
Receita líquida de vendas	939.035	908.540

19. Custo dos produtos vendidos

	2016	2015
Custo variável	654.215	641.203
Custo fixo	69.380	66.344
	723.595	707.547

20. Despesas com vendas

	2016	2015
Frete sobre vendas	37.344	35.216
Armazenagem	6.207	5.953
Pessoal	3.700	3.136
Outras despesas	2.541	1.884
	49.792	46.189

21. Despesas gerais e administrativas

	2016	2015
Gastos com pessoal	10.857	9.410
Serviços advocatícios	642	772
Viagens e hospedagens	390	461
Serviços de processamento de dados	1.268	1.045
Segurança patrimonial	820	734
Manutenção elétrica	139	280
Publicação em jornais	316	346
Serviços de assistência técnica para *software*	455	341
Auditoria e consultoria	528	606
Serviços de conservação e limpeza	269	239
Inspeção e análise de logística	116	197
Marketing	257	296
Contribuições e doações	921	813
Outros	1.287	1.490
	18.265	17.030

22. Resultado financeiro

	2016	2015
Despesas financeiras		
Variação monetária passiva	(582)	(85)
Variação cambial passiva	(3.403)	(13.197)
Despesas de juros (a)	(4.393)	(7.837)
	(8.378)	(21.119)
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	4.142	4.511
Receitas de juros (a)	1.575	6.024
Variação monetária ativa	3.068	2.921
Variação cambial ativa	4.484	13.656
	13.269	27.112

(a) As despesas e receitas com juros referem-se a operações negociadas junto a clientes e instituições financeiras. **23. Entidade de Previdência Privada - Fundo Multipatrocinado IHPREV -** A Companhia contribui para um plano de benefícios previdenciários de contribuição definida a seus empregados, o qual é administrado pelo Fundo Multipatrocinado IHPREV ("IHPREV") e mantém um plano na modalidade de benefício definido saldado, sendo vedadas novas adesões. A IHPREV tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Oficial. Para consecução de seus objetivos a IHPREV recebe contribuições mensais das empresas mantenedoras e de seus participantes, calculadas atuarialmente com base na remuneração mensal dos empregados. As contribuições da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, totalizaram R$ 2.361 (2015 - R$ 2.159). Conforme disposição estatutária da IHPREV, até 1997 as empresas patrocinadoras são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratadas pela IHPREV com seus participantes e dependentes, calculados atuarialmente. Conforme Regulamento do Novo Plano de Previdência, a Companhia continua com as obrigações inerentes ao antigo plano de benefícios para os participantes assistidos (46 funcionários) e os participantes ativos remanescentes (dois funcionários). No Novo Plano de Contribuição Definida não existe essa obrigação (207 funcionários). Os planos de benefícios previdenciários foram avaliados atuarialmente e as principais premissas atuariais utilizadas (expressas por médias ponderadas) são demonstradas conforme segue:

	2016	2015
Taxa de desconto da obrigação atuarial	Plano BD 10,80% e Plano CD 11,10%	Plano BD 12,70% e Plano CD 11,70%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	Plano BD 10,80% e Plano CD 11,10%	Plano BD 12,70% e Plano CD 11,70%
Aumentos salariais futuros (N/A para plano BD)	8,75%	6,25%
Aumentos futuros de benefícios (N/A para o plano CD)	5,00%	5,20%

Os valores justos, não auditados, dos ativos do plano, no montante de R$ 19.259 (2015 - R$ 15.330) para o plano BD e de R$ 374 (2015 - R$ 320) referente ao plano CD foram apurados com base nos parâmetros de mercado existentes em 31 de dezembro de 2016, ou quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontado a valor presente. Com base no parecer do atuário independente, de janeiro de 2017, no que tange ao plano CD, foi apurado ativo atuarial, determinado pelo Método do Crédito Unitário Projetado, no montante de R$ 284 (2015 - R$ 247), conforme demonstrado a seguir:

	2016	2015
Ativo líquido de benefício definido/(passivo)	284	247
Valor presente da obrigação atuarial	(34)	(39)
Valor justo dos ativos do plano	374	320
Superávit do plano	339	281
Mudança no efeito do limite do ativo	(56)	(34)

Custo de benefício definido	2016	2015
Custo de serviço corrente	7	6
Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo/(ativo)	(29)	(26)
Remensuração dos efeitos reconhecidos em ORA	(15)	6
Custo do benefício definido	(37)	(14)

Outros resultados abrangentes

	2016	2015
(Ganhos)/perdas atuariais de evolução do passivo	(16)	(3)
(Ganhos)/perdas atuariais de alterações de hipóteses	-	2
(Ganhos)/perdas atuariais que surgiram no período	-	-
Rendimento sobre os ativos do plano (maior)/menor que a taxa de desconto	(18)	8
Mudança no superávit irrecuperável	17	(1)
Remensuração dos efeitos reconhecidos em ORA	(15)	6

Como o regulamento do Plano de Benefício Definido não prevê que o ativo atuarial possa ser usado para reduzir contribuições futuras de patrocinadoras ou que possa ser reembolsado, a Companhia não efetuou qualquer registro relativo a esses ativos. Até a presente data, as demonstrações financeiras da IHPREV, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, não estavam disponíveis, e a Companhia não foi solicitada a efetuar qualquer complementação das reservas técnicas, visto não existir déficits. **24. Cobertura de seguros -** A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, por meio da contratação de seguros na modalidade "*all risks*", com fixação de valor para dano máximo provável. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. O escopo do trabalho de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Ramos	Importância segurada
Responsabilidade civil	30.000
Multirriscos (estoques em poder de terceiros)	39.517
Riscos operacionais, incluindo os lucros cessantes	1.130.170
Responsabilidade civil administradores e diretores	20.000
Veículos	120
Riscos de engenharia (obras civis em construção e instalação e montagem)	255.762

25. Gestão de risco financeiro - 25.1. Fatores de risco financeiro - A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir o fornecimento de matéria-prima e manter seu endividamento em níveis compatíveis. Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos do mercado financeiro que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. **a)** Risco de mercado - i. Risco de taxa de câmbio - Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía ativos e passivos líquidos denominados em dólares estadunidenses nos montantes de R$10.461 e R$142.472 (2015 - R$18.893 e R$93.882), respectivamente, não tendo contratado instrumento para proteger essa exposição nessa data. **b)** Risco de crédito - A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras são administrados pela Companhia de forma a manter ativos apenas em instituições financeiras renomadas. **c)** Risco com taxa de juros - O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de sua volatilidade. A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes de caixa indexada à variação do CDI. A expectativa de mercado, conforme dados retirados no informe do Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 30 de dezembro de 2016, indicaram uma taxa mediana (Top 5) efetiva da SELIC estimada em 10,25%, cenário provável para o ano de 2016, ante a taxa atual de 13,75%. Os números atuais e projetados da Selic representam as medidas econômicas adotadas pelo governo federal que visam conter a inflação no país. **d)** Risco de liquidez - A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósito a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, selecionando instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha aplicações em Certificado de Depósitos Bancários ("CDB's") de curto prazo no montante de R$15.107 (2015 - R$18.253), e se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez. *Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros* - Além do cenário provável, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da resolução nº 1.198/09, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com aumento e deterioração de 25% (cenário II) e aumento e deterioração de 50% (cenário III) da variável do risco considerado.

Risco taxa de juros

Instrumento/operação	CDI provável	Cenário provável (I)	Efeito Cenário II	Efeito Cenário III
Aplicação financeira	10,25%	1.549	1.936/1.161	2.323/774
Efeito total líquido		1.549	1.936/1.161	2.323/774

Risco cambial

Instrumento/operação	Dólar provável	Cenário provável (I)	Efeito Cenário II	Efeito Cenário III
Clientes / Add a fornecedores no exterior	3,37	341	3.042/(2.359)	5.743/(5.060)
Empréstimos e financiamentos - ACC	3,37	(657)	(5.855)/4.540	(11.053)/9.738
Intercompany	3,37	(3.936)	(35.067)/27.195	(66.197)/58.325
Efeito total líquido		(4.252)	(37.877)/29.376	(71.507)/63.003

25.2. Instrumentos financeiros por categoria

Instrumentos financeiros	Empréstimos e recebíveis 2016	2015
Ativos:		
Contas a receber de clientes	91.797	105.567
Caixas e equivalentes de caixa	19.611	18.681
	111.408	124.248

	Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado 2016	2015
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos	55.134	64.674
Fornecedores e outras obrigações (i)	53.402	107.302
	108.536	171.976

(i) Composto por fornecedores, bonificações e comissões a pagar, obrigações tributárias e obrigações trabalhistas. **25.3. Gestão de capital -** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	2016	2015
Empréstimos e financiamentos	(55.134)	(64.674)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	19.611	18.681
Dívida líquida (excedente de caixa)	(35.523)	(45.993)
Patrimônio líquido	347.196	342.845
	311.673	296.852

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Juan Antonio Vera Garcia - Presidente
Jose Manuel Martinez Sanchez
Victor German Bermejo Becerra
José Agustín Bonilla Durán
Carlos Felipe Guimarães Lodi
Marcelo Castilho da Silva

DIRETORIA

José Luis Gonçalves de Almeida
Diretor Geral
José Ricardo Uchôa Cavalcanti Almeida
Diretor de Administração e Gestão

CONTROLLER

Silvio Roberto Romão da Silva - CRC - BA - 19.522/O-8 - TC

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Deten Química S.A.
Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Deten Química S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deten Química S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião -** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior -** O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 2 de fevereiro de 2016, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor -** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria e no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras -** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras -** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 07 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA
Vinícius Ferreira Britto Rêgo
Contador CRC 1BA024501/O-9